



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001654-91.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Seção Segurança Institucional - SSI

ASSUNTO: Acréscimo Contratual – Fornecimento de equipamentos, serviços de instalação, de treinamento de usuários e de garantia

PARECER JURÍDICO Nº 43 / 2024 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa **V2 INTEGRADORA DE SOLUÇÕES E IMPORTAÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n. **08.231.792/0004-60**, para o fornecimento de equipamentos, serviços de instalação, de treinamento de usuários e de garantia, nos termos registrados no Contrato Administrativo nº 06/2023 ([1001625](#)), o qual se encontra em plena vigência.

02. Por meio da Remessa nº 11/2024 ([1124934](#)) a Seção Segurança Institucional - SSI solicitou o acréscimo contratual, apresentando, em síntese, as seguintes justificativas:

Considerando essa necessidade, proponho a expansão do sistema de vídeo monitoramento deste Tribunal. Para tanto, solicito autorização de despesa para aquisição de equipamentos de segurança, conforme previsto na Subcláusula Segunda, da Cláusula Décima Sexta, do contrato TRE/RO nº 06/2023 ([1001625](#)), que estabelece:

"(...)A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.(...)"

03. Em continuidade ao procedimento, por meio do Despacho nº 366/2024 ([1125154](#)), o SAOFC remeteu o feito à COFC para a efetivação da programação orçamentária, à SECONT para elaboração de minuta de aditivo contratual e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico.

04. Em cumprimento ao despacho supracitado, a COFC registrou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([1125525](#)).

05. Dando continuidade ao procedimento, a SECONT elaborou a Minuta do primeiro Termo Aditivo juntada no evento ([1126079](#)) e enviou a esta AJSAOFC para análise ([1126080](#)).

06. Por sua vez, a Seção Segurança Institucional - SSI juntou nova informação ao processo solicitando que fosse desconsiderada a proposta da contratada constante no evento ([1124933](#)), conhecendo apenas da proposta inicial constante no contrato 06/2023 ([1001625](#)), **que foi a apresentada no processo licitatório e a qual a contratada está vinculada**, conforme discriminado na tabela 1 da minuta encaminhada pela SECONT ([1126079](#)).

07. Assim instruídos, aportaram os autos nesta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

08. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0001654-91.2022.6.22.8000) até a presente data, além dos outros dados, elementos e informações nele reproduzidas.

09. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

10. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

11. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – ANÁLISE JURÍDICA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.1. DO ACRÉSCIMO PRETENDIDO

12. A prerrogativa de alteração unilateral do contrato encontra previsão expressa no art. 65 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

(...)

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. (Sem grifo no original)

13. Além da previsão legal acima reproduzida verifica-se que há regra contratual expressa que ampara a pretensão da unidade gestora. Veja-se:

Contrato nº 006/2023:

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

(...)

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

14. Nessa esteira, o acréscimo contratual pretendido tem como justificativa as informações prestadas pelo SSI descritas na remessa nº 11/2024 ([1124934](#)) e complementadas pela informação SSI nº 15/2024



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([1127618](#)), reproduzidas, no que relevante, no relatório deste parecer, consistentes, em suma, na **necessidade de expansão do sistema de vídeo monitoramento deste Tribunal.**

15. A análise dos incidentes de execução contratual descritos no final da minuta do termo aditivo juntado ao processo pela SECONT ([1126079](#)) revela que o ajuste original ainda não foi objeto de acréscimo contratual. Assim, verifica-se que o acréscimo pretendido não excede os limites do patamar máximo legal e contratual permitidos.

16. Nesses termos, sem adentrar no mérito da medida administrativa proposta pela unidade solicitante, esta Assessoria se manifesta pela **possibilidade jurídica do acréscimo pretendido**, com registro do ato em termo aditivo ao Contrato Administrativo nº 06/2023 ([1001625](#)), com fundamento no **art. 65, I, "b" e § 1º da Lei nº 8666/93** e, ainda, na **Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 06/2023**.

3.2. DA MINUTA DO 1º TERMO ADITIVO

17. A análise da minuta do Termo Aditivo nº 1 ao Contrato originário juntada aos autos no evento ([1126079](#)), revela que o instrumento, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, destaca-se:

I - Cláusula Primeira registrando o acréscimo pretendido pela unidade solicitante;

II - Cláusula Segunda a atualização dos valores do contrato;

III - A obrigação de a contratada apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste termo aditivo, complementação de GARANTIA no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste Termo Aditivo, no valor de **R\$ 906,68** (novecentos e seis reais e sessenta e oito centavos), em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consoante regras estabelecidas na Cláusula Oitava do Contrato originário;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - Na Cláusula Quarta o fundamento legal e contratual para a prática do ato;

18. Nesses termos, verifica-se que a minuta do 1º Termo Aditivo ([1126079](#)) sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

IV – CONCLUSÃO

19. Nesses termos, considerando, sobretudo, a manifestação da unidade gestora do contrato ([1124934](#) [1127618](#)), esta assessoria opina pela possibilidade jurídica do acréscimo pretendido no **percentual de 9,98%** (nove inteiros e noventa e oito centésimos por cento) do valor atualizado do contrato originário, com fundamento no **art. 65, I, "b" e § 1º da Lei nº 8666/93** e, ainda, na **Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 06/2023**.

Registre-se, conforme já apontado no **item 4 deste parecer**, há disponibilidade orçamentária para cobertura da despesa no exercício de 2024 ([1125525](#)).

20. Para cumprimento do art. 38, Parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **aprova** os termos da minuta carreada aos autos ([1126079](#)).

21. Registra-se, por fim, que a presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da **Lei nº 10.520/2002** (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da **Lei nº 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos). Não obstante revogadas em 31/12/2023, de acordo com a redação do art. 190 da Lei nº 14.133/2021, o contrato continuará a ser regido pelas regras previstas na legislação revogada.

À consideração da autoridade superior.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 15/03/2024, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 15/03/2024, às 14:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1134773** e o código CRC **127A63DF**.
